


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

CONCLUSÃO

Em 23 de novembro de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. **João Battaús Neto**. O referido é verdade. Nada mais. Eu, Deives Moura Leite, digitei.

Processo nº: **1011304-38.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento**
 Requerente: **Maria do Carmo da Silva Paura**
 Requerido: **Fernando Cesar da Silva e outro**

Justiça Gratuita

SENTENÇA

Vistos.

MARIA DO CARMO DA SILVA PAURA, já qualificada, ajuizou a presente **AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO C.C. COBRANÇA** contra **FERNANDO CÉSAR DA SILVA e MARIA DO CARMO VENÂNCIO**, também qualificados, aduzindo na inicial, em síntese, que: a) o autor através de contrato verbal locou para os requeridos o imóvel especificado na inicial; b) os requeridos não vem honrando o pagamento dos aluguéis explicitados na inicial; c) requer a procedência do pedido, com a rescisão do contrato de locação verbal, decretação do despejo e condenação no pagamento dos aluguéis constantes da inicial e os vincendos.

Inicial instruída com documentos.

Regularmente citados (fls. 32 e 33), os requeridos deixaram transcorrer "in albis" o prazo para contestação, bem como não foi requerida a purgação da mora, como certificado a fls. 34.

Em síntese, o relatório.

Fundamento e decido.

O pedido merece procedência.

Viável o julgamento antecipado da lide com fundamento no artigo 355, II

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE ARARAQUARA****FORO DE ARARAQUARA****1ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

do Código de Processo Civil.

Com efeito, a revelia dos requeridos conduz de forma incontornável ao reconhecimento da veracidade dos fatos aduzidos na inicial, confirmando a mora contratual em que incorre os locatários.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido deduzido na inicial para o fim de decretar o despejo da requerida do imóvel descrito na inicial, rescindindo o contrato e condenando-os, ainda, ao pagamento dos valores referentes aos aluguéis e encargos não honrados, constantes da inicial e os vincendos, arcando os requeridos com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor do débito atualizado.

Nos termos do artigo 63, § 1º, "b" da Lei 8.245/91 fixo o prazo de quinze (15) dias para desocupação voluntária do imóvel, sob pena de execução forçada.

P.I.

Araraquara, 23 de novembro de 2018.

João Battaus Neto

Juiz de Direito

(assinatura eletrônica)